

As mulheres piauienses e a conquista da palavra escrita

Olívia Candeia Lima Rocha
Universidade Federal do Piauí

Resumo:

Apresentamos fatores que possibilitaram o acesso das mulheres piauienses aos meios de publicação e conseqüentemente sua inserção literária entre 1875 e 1950.

A inserção literária da mulher brasileira processou-se no século XIX, seguindo a tendência de transformação que ocorria na Europa, inclusive com a discussão feminista que reivindicava a igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Conforme Norma Teles (2000: 404), durante o século XIX, novas teorias científicas, filosóficas e políticas possibilitaram uma intensa transformação econômica, cultural e social na Europa Ocidental, surgindo movimentos como o feminismo e o sufragismo, essas transformações repercutiram também no Brasil que naquele século vivenciou intensas transformações econômicas e políticas que refletiram em mudanças culturais.

As mulheres brasileiras começaram a manifestar publicamente suas opiniões, após a Independência, elas reivindicavam igualdade das oportunidades de educação, direito ao sufrágio e também se posicionavam em relação aos debates políticos que agitavam a sociedade.

Segundo Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz (1998:112), Teresina teve sua primeira tipografia em 1906, a Libero Papelaria Veras; antes os jornais literários de menor formato e tiragem reduzida eram impressos em tipografias ligadas a grupos de interesses políticos e as obras eram impressas nas cidades de São Luís, Recife, e Rio de Janeiro.

Nesse contexto as mulheres piauienses iniciaram a publicação de seus trabalhos em outros estados da Federação no último quartel do século XIX. Honorata Minelvina Carneiro publicou *A redenção*, poemas e um proêmio em seis cantos, no Rio de Janeiro em 1875, nesse mesmo ano Luísa Amélia de Queirós publicou *Flores incultas* no Maranhão, onde também publicou *Georgina ou Os efeitos do amor*; em 1893 e Amélia Beviláqua começou a publicar artigos em jornais de Recife em 1898. Não podemos descartar a possibilidade de que as autoras mencionadas ou outras mulheres piauienses, lançando mão de pseudônimos, tenham nesta condição publicado em período anterior aos mencionados.

* Este artigo resulta da pesquisa, "A inserção da mulher escritora na literatura piauiense na primeira metade do século XX", PIBIC-CNPq, desenvolvida na Universidade Federal do Piauí, sob a orientação do Prof. Dr. Saulo Cunha de Serpa Brandão.

Amélia Beviláqua aparece na história da inserção feminina no cenário literário nacional ao ser a primeira mulher a candidatar-se à Academia Brasileira de Letras em 1930, tendo sua candidatura rejeitada mediante a alegação de que o estatuto daquela entidade ao referir-se a brasileiros contemplava somente o gênero masculino. Amélia Beviláqua produziu uma vasta bibliografia em contos, novelas, romances, poesias, artigos, documentos históricos e literários, publicados em vários estados, entre eles: Bahia, Pernambuco, Piauí e Rio de Janeiro.

1. O ACESSO AOS MEIOS DE PUBLICAÇÃO

A educação, a inserção profissional no magistério, o uso de pseudônimos e a organização de periódicos com redação majoritariamente feminina são fatores relacionados ao acesso das mulheres piauienses aos veículos de publicação.

1.1. EDUCAÇÃO E MAGISTÉRIO

Em meados do século XIX, as instituições escolares piauienses, inclusive uma Escola Normal, eram pouco frequentadas e tinham um alto índice de evasão, o que acarretava em uma existência efêmera destas escolas.

As famílias abastadas do Piauí enviavam seus filhos para estudar direito ou medicina em outras capitais, principalmente Recife e São Luis, e as filhas geralmente recebiam aulas particulares em casa. Somente no início do século XX, a educação ganhou impulso no Piauí, pois nesse período começou a se associar educação e progresso.

Destacamos a criação dos colégios: Sagrado Coração de Jesus (Teresina, 1906) e Nossa Senhora de Lourdes (Parnaíba, 1907), ambas voltadas para a educação feminina e fundadas pelas Irmãs Pobres de Santa Catarina de Sena, também eram voltadas para a clientela feminina a Escola Noturna (1907) e a Escola Normal Livre (1908), criada por intelectuais ligados à maçonaria e que compunham a Sociedade Auxiliadora da Instrução. Em 1910, a Escola Normal Livre foi transformada em Escola Normal Oficial pelo governador Antonino Freire.

Nas escolas fundadas pela ordem religiosa das Irmãs Pobres de Santana Catarina de Sena, o ensino ministrado baseava-se em trabalhos manuais, música instrumental e incluía idiomas como o francês e o italiano. A Escola Noturna voltada para mulheres de baixa renda, limitava-se a ensinar diversos trabalhos de agulha e economia doméstica. Evidencia-se dessa forma e distinção do ensino, conforme a condição econômica da clientela que se destinava.

O decreto nº 434 de 19 de abril de 1910, no governo de Antonino Freire, reformava a instrução e estabelecia a criação da Escola Normal, dando preferência para a clientela feminina, diante do argumento de que a mulher possuía uma aptidão natural para o desenvolvimento do ensino primário, instinto maternal e espírito missionário para trabalhar com assiduidade e dedicação, podendo contar com o auxílio financeiro do pai ou irmão, diante da exiguidade dos vencimentos. Percebemos por essas considerações que o pensamento vigente, associava o trabalho docente como uma atividade para as mulheres solteiras, o que vai ficar explícito com a reforma da instrução de 1921, proposta pelo Diretor da Instrução, Anísio de Abreu.

Os argumentos alegados por Antonino Freire para priorizar a formação de professoras, na Escola Normal, embora tenha contribuído decisivamente para a inserção feminina no setor do ensino seguia o pensamento naturalista, então em voga, e que culminava com a limitação das atividades que as mulheres poderiam exercer, conforme as características que eram atribuídas ao gênero feminino.

O acesso à educação no Piauí estava intimamente ligado à questão de gênero, reservando aos homens não só os estudos mais elaborados, bem como a participação feminina no magistério era muito limitada.

Enfatizamos a importância do acesso educacional para a inserção das mulheres piauienses nos veículos de publicação, pois observamos também que até a década de 1930, a participação feminina no cenário literário estava polarizada entre Teresina e Parnaíba. Em 1935, encontramos textos de autoria feminina na revista *Maratahoan* (Barras) e em 1945, na revista *Panóplia* (Floriano).

Percebemos através de artigos da época que a formação docente contribuiu significativamente para o acesso das mulheres piauienses aos veículos de publicação, por essa profissão conferir um status intelectual que favoreceu a aceitação das mulheres como escritoras.

1.2. O USO DE PSEUDÔNIMOS

Segundo Maria do Socorro Rios Magalhães (1998:89), a presença feminina no jornalismo significava uma concessão masculina. A descrição e o recato, atitudes exigidas à mulher pela sociedade, não permitiam que esta assinasse matérias na imprensa, expondo o seu nome e o de sua família à ação de críticos mal intencionados.

No jornal *O Piauí* (1926/1927), um dos redatores que utilizava o pseudônimo de Íris, condicionava a publicação dos textos de autoria feminina subscritos por pseudônimos ao conhecimento da identidade das autoras, sob a qual ele prometia guardar segredo. Algumas das mulheres que publicavam sob pseudônimo naquele jornal, conheciam-se e compunham o mesmo círculo de amizade, pois se mencionavam e solicitavam uma as outras que emitissem opinião sobre temas como o casamento e o feminismo. Entre esses pseudônimos destacamos os que se inspiravam em flores, como Acácia, Bonina, Camélia e Violeta.

Para se afirmar como escritoras era necessário conquistar espaço no interior dos tradicionais domínios masculinos, no caso as agremiações literárias lideradas pelos homens, não era suficiente a organização de grupos formados exclusivamente por mulheres, pois estes ficavam compreendidos como uma segunda categoria.

A partir de 1927, reduziu-se o uso de pseudônimos e as mulheres piauienses começaram a buscar sua integração nas agremiações literárias, citamos a participação de Julia Monteiro, Helena Sylvia, Ottilia Silva, Zenóbia Ribeiro na fundação do Cenáculo Piauiense de Letras (1927-1932) e no periódico desta entidade, *A Revista*, também foi filiada a esta instituição Maria Iara Neves Borges de Melo.

Ainda no aspecto de buscar uma integração às agremiações literárias citamos a candidatura de Amélia Beviláqua à Academia Brasileira de Letras em 1930, e a candidatura de Maria Isabel Gonçalves de Vilhena à Academia Piauiense de Letras em 1941. Amélia de Freitas Beviláqua foi a primeira mulher a ingressar na Academia

Piauiense de Letras, através da aprovação dos sócios desta entidade na forma de decreto especial, mas teve sua candidatura à Academia Brasileira de Letras rejeitada. Isabel Vilhena disputou com Álvaro Ferreira que obteve maioria de votos em uma eleição tumultuada, após três sessões de votação. Em 1967, Isabel Vilhena tornou-se sócia da Academia Piauiense de Letras, através de um decreto especial da entidade, no ano do cinquentenário desta, em que o número de sócios foi aumentado de 30 para 40.

1.3. VEÍCULOS DE PUBLICAÇÃO

No Piauí podemos destacar como veículos de publicação com redação majoritariamente feminina, o jornal *Borboleta* (1904-1906), *A Normalista* (1927) e as revistas *Primícias Literárias* (1936) e *Raios de Luz* (1938).

O jornal *Borboleta* apresenta-se como iniciativa pioneira no estado do Piauí, tendo como redatoras, Alaide Burlamaqui, Helena Burlamaqui e Maria Amélia Rubim. Este periódico contava com participações masculinas, e foi organizado pelo esforço de suas redatoras; constituía-se em uma publicação mensal com assinaturas mensal (o que equivale a reserva de exemplar) e trimestral.

O periódico *A Normalista* constitui órgão de divulgação da Escola Normal de Teresina e teve como redatoras Rosa Cunha e Zilda Santos.

As alunas do Colégio Sagrado Coração de Jesus (Teresina) redigiam a revista *Primícias Literárias*, e as alunas do Colégio Nossa Senhora das Graças (Parnaíba) redigiam a revista *Raios de Luz*. Os artigos publicados nestas revistas priorizavam temas religiosos, bucólicos ou relacionados à educação.

Percebemos que somente o jornal *Borboleta* possuía uma autonomia em expressar idéias, visto que os demais veículos estavam relacionados a instituições e portanto sofriam uma restrição aos assuntos que poderiam abordar.

Podemos citar também o suplemento *Página Feminina* no jornal *O Dominical* vinculado à Arquidiocese de Teresina.

Após 1930, os veículos vinculados à instituições religiosas abrem espaço para a manifestação feminina, especialmente aos textos de exaltação religiosa e os que se contrapõem às mudanças sociais que não coadunavam com as posturas sociais defendidas pela Igreja Católica.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O poder econômico mostrou-se relevante no aspecto de que, a princípio, somente as mulheres de famílias abastadas tinham acesso à educação ou podiam ter poder aquisitivo para organizar periódicos.

As divergências entre intelectuais ligados à maçonaria e católicos, inclusive com a criação de estabelecimentos de ensino ligados a essas concepções, possibilitou o aumento da oportunidade de acesso da mulher à instrução, porque interessava a ambos os grupos, formar defensores de suas idéias na sociedade bem como os debates possibilitaram um fluxo de idéias que permitiram o surgimento de brechas na conduta social para novos comportamentos.

Consideramos que a instabilidade social, gerada pela passagem da Coluna Prestes no Piauí em 1925, permitiu uma abertura maior para que as mulheres publicassem seus textos no jornal *O Piauí*, visto que a sociedade afrouxou o controle social interno diante a ameaça de uma subversão da ordem em um contexto mais amplo.

As transformações sociais propiciaram mudanças dos valores sociais, estando presente uma ampliação dos papéis considerados apropriados para as mulheres. Nesse contexto o magistério era considerado como uma extensão da maternidade.

Observamos também que a extensão das atividades femininas para além do espaço doméstico e religioso vivenciou uma reação que buscou, sem sucesso, fazer retroceder a participação feminina na sociedade; podemos citar a lei celibatária imposta às professoras públicas do Piauí em 1921. Essa lei que tornava inconciliável casamento e magistério, pretendia desencorajar as mulheres na busca da profissão, pois previa o afastamento automático das mulheres que se casassem.

Mesmo diante aspectos concessivos é preciso observar que nenhuma concessão se apresenta sem uma respectiva demanda que tenha legitimidade suficiente para se fazer representar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FERRO, Maria Amparo Borges (1996). *Educação e sociedade no Piauí República*. Teresina, FCMC.
- FREITAS, Clodoaldo (1988). *História de Teresina*. Teresina, FCMC.
- LOURO, Guaciara Lopes (2000). *Mulheres na sala de aula*. In: Mary Del Priori, org. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto.
- MAGALHÃES, Maria do Socorro Rios (1998). *Literatura Piauiense: horizontes de leitura e críticas literária (1500-1930)*, Teresina, FCMC.
- QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita (1998). *Os literatos e a república: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. Teresina, EDUFPI e João Pessoa, UFPB.
- MORAES, Herculano (1997). *Visão histórica da literatura piauiense*. Teresina, COMEPI.
- TELES, Norma (2000). *Escritoras, escritas, escrituras*. In: Mary Del Priori, org. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto.

PERIÓDICOS:

- A REVISTA (1927). *Cenáculo Piauiense de Letras*. Teresina, Tipografia Popular.
- MARATAHOAN (1935). *Barras*, s.ed.
- O PIAUHY (1926). Teresina, Tipografia Piauí.
- O PIAUHY (1927). Teresina, Tipografia Piauí.
- PANÓPLIA (1945). Floriano, s. ed.
- PRIMÍCIAS LITERÁRIAS (1937). Ano II, n. 6, Teresina, s. ed.
- RAIOS DE LUZ (1940). Grêmio Literário Savina Petrili. Parnaíba, s. ed.